

UMA ANÁLISE DIALÓGICA DE “O ESTRANGEIRO”: UMA TENDÊNCIA SUICIDA

Thiago Barbosa Soares ¹

Resumo: Nos limites da vida humana impõe-se uma questão que diz respeito à Psicologia, o suicídio. Nessa problematização da relação entre suicídio como fato social, homicídio e as motivações do primeiro acontecer em decorrência do segundo, elegeu-se o tema suicídio, para o qual se construiu um corpus formado pela obra clássica, “O Estrangeiro” de Albert Camus, delimitada na observação do protagonista homicida. A investigação sustentou-se em balizas da Psicologia e da Psicanálise freudiana. Assim, através das análises de características psicológicas do referido protagonista, concluiu-se que nesse caso, representante de uma densidade real através do dialogismo bakhtiniano, a culpa foi uma força motriz da ideação suicida, sendo essa sentida pelo remorso de ter cometido o crime ou pelo fracasso em não atingir o almejado. Nesse sentido, ponderamos o amor como condição fundamental para uma possível redenção, podendo esse ser vivenciado em diversos contextos, incluindo o da psicoterapia.

Palavras-chave: Análise; O Estrangeiro; Suicídio.

A DIALOGICAL ANALYSIS OF “THE FOREIGNER”: A SUICIDAL TENDENCY

Abstract: At the limits of human life, there is a question that concerns Psychology, suicide. In this problematization of the relationship between suicide as a social fact, homicide and the motivations for the first to happen as a result of the second, the theme of suicide was chosen, for which a corpus was built consisting of the classic work, “The Foreigner” by Albert Camus, delimited in the observation of the homicidal protagonist. The investigation was based on Psychology and Freudian Psychoanalysis. Thus, through the analysis of the protagonist's psychological characteristics, it was concluded that in this case, representative of a real density through Bakhtinian dialogism, guilt was a driving force of suicidal ideation, which was felt by the remorse of having committed the crime or for the failure to achieve the desired goal. In this sense, we consider love as a fundamental condition for a possible redemption, which can be experienced in different contexts, including psychotherapy.

Keywords: Analysis; The Foreigner; Suicide

¹ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

Considerações iniciais

O desejo de se retirar da vida precisa ter algum tipo de motivação, e o homicídio parece ser um dos fatores motivacionais mais complexos. Noutros termos, findar com a existência de outrem pode ser um disparador para o desenvolvimento de uma situação ‘favorável’ ao suicídio. Claramente, não é um fenômeno fácil para se observar dada sua complexidade psicológica, entre outros aspectos participativos. Assim sendo, passa a figurar como tipo de problema necessário de investigação científica cuja participação de outros campos do saber humano se fazem necessários. Tendo em vista o que foi dito, é na observação desse fenômeno complexo que constitui este trabalho acadêmico, no qual o corpus apresenta uma obra da aclamada Literatura Universal, a saber, e O estrangeiro. A primeira é escrita por um argelino, Camus. Além disso, por se tratar de uma obra na qual o peso da constituição psicológica é imenso, para poder ser comparado ao real, é significativa como laboratório de análise.

É a partir do referencial teórico da psicanálise que desenvolvemos um estudo no qual a literatura é fundamentalmente um recurso, do qual não obteríamos frutos saborosos se não fosse realmente a constituição do homem e suas peculiaridades mais profundas. Em suma, é dessa pretensão que este estudo visa ganhar fôlego vital, isto é, para observar, conseqüentemente, levantar hipóteses sobre o funcionamento psíquico que cotejamos as características das protagonistas nas obras supracitadas à luz da psicanálise; na intenção de compreendermos esse fenômeno complexo o qual é o suicídio de homicidas.

1. Referencial teórico

Na figura eminente de Bertrand Russell encontramos uma boa indicação da importância da constituição da psicanálise, pois:

A partir de um ponto de vista bastante biológico, Freud acabou chegando a uma psicologia que engloba sem restrições entidades ocultas. De importância central para a sua teoria é a noção de inconsciente que, pela própria natureza, não é diretamente observável (RUSSELL, 2013, p. 460).

Nesse sentido, Freud contribuiu para a psicologia com a instância de extrema importância, devido a sua funcionalidade no aparato psicológico humano. Antes da criação da psicanálise, o inconsciente era usado como um simples adjetivo para referir-se a um estado transitório de “dormência” (que não se pode perceber pelo indivíduo). Contudo, a partir da célebre publicação da “Interpretação dos Sonhos” (1900), Freud consegue aferir um inconsciente no qual se desenrolam processos dinâmicos determinantes para vida consciente, ou seja, um inconsciente como substantivo.

Freud ao observar os instintos percebeu inicialmente que eles possuíam divergências, chegando a postular dois, tal como afiança Storr (2001, p. 58):

Hitherto, Freud had assumed two sets of instincts: the self-preservative instincts, which pertained to the ego; and the sexual instincts, which pertained to objects. Now he concluded that self-preservation and self-love were really the same thing, and that what mattered was the degree to which was libido directed towards objects as compared with the degree to which it was directed towards the self (STORR, 2001, p. 58).²

Dito de outra forma, uma distinção é, com efeito, necessária no tocante aos instintos propostos de início, a saber, os instintos de conservação e de preservação da espécie. No decorrer de suas pesquisas, o psicanalista percebe que os dois instintos não passam de duas manifestações diferentes da mesma coisa, isto é, o amor dirigido para objetos diferentes. Assim, temos instinto erótico em sua fase narcisista como autopreservativo, mas quando envolve outros objetos além do eu, preserva a espécie. Desse modo, são engendrados os instintos de vida e de morte. Roudinesco e Plon nos fornecem dados para compreensão dessa mudança:

Essa reformulação freudiana, portanto, consistiu numa redistribuição das pulsões sexuais, por um lado colocadas no eu – donde a denominação libido do eu – e, por outro, nos objetos externos, donde a denominação libido objetual (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 630).

Antes de mais nada, instinto e pulsão para o criador da psicanálise são correlatos. Posto isso, é a partir da definição mais precisa, concernente ao investimento das pulsões,

² Tradução livre: “Até então, Freud havia assumido dois conjuntos de instintos: os instintos autopreservativos, que pertenciam ao ego; e os instintos sexuais, que pertenciam aos objetos. Agora, ele concluiu que a autopreservação e o amor-próprio eram realmente o mesmo, e que o que importava era o grau em que a libido era direcionada aos objetos em comparação com o grau em que ela era direcionada ao eu”.

que Freud elevou ao máximo no desenvolvimento da segunda tópica. De modo análogo, podemos explicar, adentrando à teoria, que as pulsões serão tidas como as de morte e de vida, no aprimoramento da psicanálise. Freud apresenta, em suma, a teoria dos instintos:

Depois de muito hesitar e vacilar, decidimos presumir a existência de apenas dois instintos básicos, Eros e o instinto destrutivo. O objetivo do primeiro desses instintos básicos é estabelecer unidades cada vez maiores e assim preservá-las. No caso do instinto destrutivo, podemos supor que seu objetivo final seja levar o que é vivo a um estado inorgânico. Por essa razão, chamamo-lo também de instinto de morte (FREUD, 2006, vol. XXIII, p. 161; grifos do autor).

O batimento dos instintos forma no ser humano a força motriz do inconsciente. Sendo esse o manancial da constituição da psique, segundo a psicanálise, do qual originam ego e superego. Numa espécie de jogo estrutural, Freud arquiteta as três instâncias psíquicas, a saber, id, ego e superego. Cada qual interagindo com a outra, num sistema no qual ego e superego têm suas nascentes no rio chamado id. O pai da psicanálise propõe o seguinte: “O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id, que contém as paixões” (FREUD, 2006, vol. XIX, p. 39). Quer dizer, o id é a expressão do prazer, enquanto, é no ego que floresce a razão. Nesse sentido, Kahn nos apresenta o id como:

O depósito dos impulsos instintivos, sexuais e agressivos. É totalmente inconsciente e totalmente insociável. Sempre funciona de acordo com o princípio do prazer, exigindo uma satisfação completa e sem demora das pulsões. Não se importa com consequências, razão ou bom senso, como também não se importa com o bem-estar dos outros (KAHN, 2013, p. 42-43).

A partir dessa ilação, temos condições para compreender o ego como uma das instâncias mais afetadas pela dinâmica psíquica na perspectiva psicanalítica. O ego possui função mediadora entre o mundo das percepções e o mundo do desejo, orientando-se sob a égide do princípio da realidade, isto é, o estado do mundo externo com suas regularidades preestabelecidas, nas quais devemos nos manter, a fim de não quebrar a suposta “ordem”. Portanto, nesse sistema imbricado, as instâncias ganham não só designações, mas, isto, sim, funções importantes, tal qual o superego. Este atua como agente responsável por alinhar o ego às determinações nas quais foi introjetado o principado da moral. Nas palavras do próprio Freud (2006, vol. XIX, p. 49), “enquanto o

ego é essencialmente o representante do mundo externo, da realidade, o superego coloca-se, em contraste com ele, como representante do mundo interno”.

Nesse sentido, o superego pode ser entendido como um tipo de censor responsável pela introjeção dos padrões, valores, comportamentos, entre outros, relativos ao funcionamento social. Michael Kahn o designa como “a nossa consciência” e, ainda, o superego “representa a assimilação mental dos padrões e das proibições dos nossos pais e da sociedade” (2013, p. 43). Noutras palavras, é a partir do desenvolvimento dessa instância psíquica que a sociedade pode funcionar como a conhecemos, com suas regras e com sua consagrada “normalidade”. “O homem é um animal racional”, qual postulava Aristóteles (384 – 322 a.C.), por conta de possuir uma dinâmica psicológica capaz de criar e absorver normas, isto é, o superego. Para o qual Freud chamou atenção, pois:

O ideal do ego1 desvenda um importante panorama para a compreensão da psicologia de grupo. Além do seu aspecto individual, esse ideal tem seu aspecto social; constitui também o ideal comum de uma família, uma classe ou uma nação (2006, vol. XIV, p. 108).

Visto isso, temos condições de adentrar outro terreno no tocante ao desenvolvimento do aparelho psíquico no qual tem destaque os mecanismos de defesa do ego. Em outros termos, a partir da relação entre as três instâncias, descritas acima, surgem formas de manter a integridade do “eu”, isto é, do próprio ego. O pai da psicanálise arrolou os mecanismos de defesa em grande parte de sua obra, portanto, seria inviável, quer dizer não para um trabalho de pouco fôlego, buscar as definições para cada uma dessas figuras defensivas. Nesse diapasão, a leitura de Kahn referente às estruturas defensivas é bastante proveitosa, porquanto não só as identifica, dando-as suas principais características, mas também por recorrer ao próprio Freud em seus casos emblemáticos. Dito isso, entramos no plano em que os mecanismos de defesa configuram o ego e sua relação com o mundo circundante.

Tendo em vista o que foi dito, Michael Kahn, inicia seu fito de tratar desses mecanismos pelo recalque, para o qual ele diz: “Recalcar significa excluir um impulso ou um sentimento da consciência” (2013, p. 141). Quer dizer, que um desejo, por uma restrição do mundo externo, é banido da consciência. Contudo, em absoluto, significa que deixa de existir, ou seja, o id preservará a energia dessa catexia, de forma a “tentar” transmitir para outro objeto essa energia. É importante ressaltar que o recalque é uma

espécie de defesa muito comum e de fundamental importância para o convívio entre pessoas, porém, como ele deixa certas “marcas”, quando realizado sobre objetos no qual o investimento libidinal se deu intensamente, é um tanto perigoso. Em outras palavras, recalcar pode ter efeitos negativos na estruturação psíquica, levando a desajustamentos mentais patológicos. Em léxico mais freudiano, o recalque é um conteúdo ideacional reprimido no inconsciente. Trocando em miúdos, “a repressão de um desejo, em contraste com sua rejeição consciente, é uma inibição num nível mais profundo da personalidade. O fato de ser inconsciente poupa à personalidade consciente um conflito penoso” (ALEXANDER, 1976, p. 83). Dizendo de outra maneira, os mecanismos de defesa são inconscientes, produzindo seus efeitos na consciência egóica.

Dito isso, prosseguimos fazendo conhecer a projeção como outro mecanismo de defesa no qual ocorre a manipulação interna e externa de uma percepção. Kahn afirma: “A projeção refere-se a uma forma de proteção contra a ansiedade por meio do recalque de um sentimento e da percepção equivocada desse sentimento em uma outra pessoa” (2013, p. 146). Os exemplos dados pelo autor aludem ao recalque da raiva ou desejo sexual por uma pessoa, supondo que ela nutra esses sentimentos por mim. Indo além, por exemplo, pode-se conjecturar a atração recalcada de um homem, que é comprometido, por outro alguém, julgando ser esse o desejo de traição de sua companheira, levando a ações extremas, como pode ser o caso de homicídio, seguido da “tomada de consciência” e de suicídio. Nesse sentido, pode-se afirmar que a projeção é uma espécie de imputação do reprimido a alteridade, ou seja, “quando o ego já não pode manter as tendências criticáveis fora do consciente, tornam-se necessárias defesas mais drásticas. Uma dessas medidas mais radicais é atribuir tendências ou desejos reprimidos aos outros” (ALEXANDER, 1976, p. 99).

Outra medida defensiva do aparelho psíquico é conhecida como formação reativa. É uma relação contraditória com o conteúdo reprimido, isto é, as tendências reprimidas dão origem a atitudes ou traços de caráter diametralmente opostas àqueles contra os quais servem de fortaleza. Kahn, sobre isso, postula o seguinte:

A formação reativa é um mecanismo de defesa com o qual nos protegemos da ansiedade, manipulando uma percepção interna. Significa perceber equivocadamente um sentimento como seu oposto. Frequentemente significa transformar amor em agressão ou agressão em amor (2013, p. 148).

Portanto, pode-se considerar a formação reativa como uma das mais comuns medidas de defesa psicológica do sujeito. Essa transformação de negativo em positivo e o inverso é, em certa medida, um facilitador de adaptação do ego às condições de vivência não tão “agradáveis” ou mesmo indesejáveis. Contudo, é importante ressaltar que os mecanismos de defesa podem se vincular, quer dizer, se relacionar com outros como, por exemplo, a formação reativa somado a identificação.

A identificação é um conceito relativamente frouxo na teoria freudiana, mas, enquanto uma defesa, podemos entendê-la como uma forma de relação positiva com um agressor, podendo ser esse simbólico ou físico. Na concepção de Kahn: “a identificação com o agressor é uma defesa elaborada para proteger o sujeito contra a ansiedade decorrente do conflito com uma pessoa poderosa ou de estar à mercê dessa pessoa” (2013, p. 146). Com isso em vista, ao invés de lutar contra alguém, pode-se identificar com o que não gostamos nela para, dessa forma, não haver maiores desgastes emocionais nem físicos. Portanto, a introjeção de características de um sujeito do qual não teríamos “força” suficientes para enfrentar é uma forma de identificação, sobretudo se esse for um agressor. Entre outras coisas, “a identificação [...] como podemos verificar, nada mais é do que um modo de pensar” (FREUD, 2006, vol. I, p. 305).

Assim como a identificação em nossa sumular revisão, a racionalização é um dos mais fundamentais princípios da psicodinâmica, porquanto refere-se a uma motivação e uma espécie de cognição. Nesse diapasão, um jogo no qual o reprimido é sempre um conteúdo sobreposto por outro mais favorável às explicações, sendo essas, por sua vez, uma forma de vencer. Dito de outro modo, racionalizar é permitir que um ou mais conteúdos aceitáveis sejam expressos, cujo beneficiário é quem racionaliza.

A racionalização significa a escolha dos mais aceitáveis entre um complexo de motivos mistos para explicar o comportamento. Isso permite a repressão de outros motivos estranhos. Como os motivos selecionados são mais adequados ao ato, os motivos inaceitáveis podem ser esquecidos ou negados. Não é, porém, correto definir a racionalização como a invenção de motivos necessariamente não-existentes; é habitualmente uma seleção arbitrária que passa especiosamente pelo todo (ALEEXANDER, 1976, p. 94).

Storr (2001, p. 58) Nesse sentido, não se trata de olharmos diretamente para o indivíduo, mas, isto, sim, para onde ele se encontra, pois, segundo o pensamento

durkheimiano, é a sociedade que determina o sujeito enquanto um ser social. Assim, o sociólogo francês desenvolve um conceito fundamentalmente importante, que se refere a essa relação social-individual, a saber, o fato social. Nas próprias palavras do autor desse conceito:

Aí está uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais. Consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, que serão dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se podem impor a ele (DURKHEIM, 2012, p. 33).

Assim, o fato social pode ser entendido como o ambiente no qual o indivíduo é inserido ao nascer. Sendo desse âmbito social que apropriamos os comportamentos, saberes, características que vão de singularidades linguísticas à estruturação do aparelho psíquico. Com vistas a aclarar esse conceito importante, Allan Johnson acrescenta:

De acordo com Émile Durkheim, o fato social é uma característica cultural e estrutural de sistemas políticos que experimentamos como externa a nós e que exerce uma influência e autoridade que equivalem a mais do que a soma das intenções e motivações de indivíduos que por acaso participem desses sistemas em um determinado tempo (JOHNSON, 1997, p. 108).

Numa palavra, tal como dentro da cosmovisão da psicanálise, o homem não é sujeito totalmente dono de si, e, de maneira análoga, na perspectiva durkheimiana o indivíduo é fruto das relações sociais que o preexistem. Desse modo, o fato social pode ser pensado como uma espécie de equação social, ou seja, o produto das redes complexas perpassado pela política, cultura, formas de agir, entre demais fatores, cuja constituição é o sujeito integrante da sociedade. Nesse sentido, é no poder de coerção que consiste o cerne do olhar sobre o fato social para uma sociologia oriunda das reflexões *durkheimianas*, visto que é através desse conceito que inúmeras regularidades presentes em diversas sociedades podem ser compreendidas sociologicamente (não obstante tal conceito possa ser entendido hodiernamente como obsoleto). Em outros termos:

É fato social toda maneira de fazer, fixo ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade que tem existência própria, independentemente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2012, p. 40; grifos do autor).

Tendo em vista as reflexões expressas, a entrada que ora fazemos na sociologia criada por Durkheim via fato social, nos interessa, mormente, com relação ao olhar que esse conceito proporciona sobre o suicídio. Dito isso, é por meio das “Regras do método sociológico” que chegamos a um entendimento inicial sobre a estreita relação existente entre o fato social e o suicídio.

Nesse diapasão, uma investigação que toque tal problemática precisa, antes de qualquer coisa, levar em consideração os aspectos psicológicos e seus efeitos sociais. Portanto, escolhemos a via na qual os dois âmbitos se congregam, a literatura. E para organização heurística desse trabalho, convocamos um brilhante autor russo, quem seja, Mikhail Bakhtin. Assim o fazemos, porquanto a literatura, em filigrana, O estrangeiro, não é outra coisa a não ser textos, pois para Bakhtin,

O texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas. Um conglomerado de conhecimentos e métodos heterogêneos chamado filologia, linguística, estudos literários, metaciência, etc. Partindo do texto, eles perambulam em diferentes direções, agarram pedaços heterogêneos da natureza, da vida social, do psiquismo, da história, e os unificam por vínculos ora causais, ora de sentido, misturam constatações com juízos de valor. Da alusão ao objeto real, é necessário passar a uma delimitação precisa dos objetos da investigação científica. O objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios. Pode-se encontrar para ele e para a sua vida (o seu trabalho, a sua luta, etc.) algum outro enfoque além daquele que passa pelos textos de signos criados ou a serem criados por ele? Pode-se observá-lo e estudá-lo como fenômeno da natureza, como coisa? A ação física do homem deve ser interpretada como atitude, mas não se pode interpretar a atitude fora da sua eventual (criada por nós) expressão semiótica (motivos, objetivos, estímulos, graus de assimilação, etc.). É como se obrigássemos o homem a falar (nós construímos os seus importantes depoimentos, explicações, confissões, desenvolvimentos integralmente, o seu discurso interior ou eventual, ou efetivo, etc.). Por toda parte, há o texto real ou eventual e a sua compreensão. A investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo. Nós não perguntamos à natureza e ela não nos responde. Colocamos as perguntas para nós mesmos e, de certo modo, organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta. Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar o seu significado (BAKHTIN, 2011, p. 319).

Ora, texto, nessa perspectiva bakhtiniana, é, ao mesmo tempo, a condensação dos dados, cujo mundo permeado pela linguagem nos proporciona, e a atuação pela qual homens se encontram e desencontram. O texto está em todas as áreas do conhecimento,

ou melhor, ele conclama todos os campos, porquanto ele chama a linguagem a se materializar em saberes. Em todos os lugares, desde os primórdios da civilização humana, faz-se texto, sendo esse compreendido em seu sentido mais amplo, ou seja, produzem-se semioses para infinitos fins. Portanto, não seria razoável desconsiderar o texto como operador das inter-relações, consequentemente, exercício social do qual “todos” podem dispensar atenção. Desse modo, Bakhtin nos abre a porta do mundo dialógico da linguagem, corroborando, assim, a própria exequibilidade desta pesquisa, visto o texto ser objeto em todos os estudos. Assim, seguimos a concepção bakhtiniana de texto e, por conseguinte, a de diálogo na linguagem. Pois:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 1981, p. 123).

Em concordância com o que foi exposto, o diálogo ao qual se refere Bakhtin não é senão o processo no qual a comunicação, *lato sensu*, acontece. Assim, a linguagem é dialógica e seus usos linguísticos representam o dialogismo inerente ao uso das línguas naturais (e outras semioses). Visto que o homem não tem acesso direto à realidade, saber esse expresso por vários pensadores (entre eles, Platão, Agostinho, Kant, Nietzsche, Heidegger, Saussure e o próprio Bakhtin), é a linguagem responsável pela mediação de mundo e homem, quer dizer, que o real se apresenta para nós. Isso possui implicação fundamental, porquanto nossos textos/discursos não tocam diretamente as coisas, mas, isto, sim, outras produções de linguagem. Assim, por não entrarmos em contato essencial com as coisas, mas com as semioses que as representam, é no funcionamento constitutivo da linguagem, quer dizer, do dialogismo que:

[...] todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltada, sempre, por assim dizer, desacreditado, contestado, avaliado, por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formas substancialmente o discurso, penetrar

em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico (BAKHTIN, 1998, p. 86 apud FIORIN, 2012, p. 167).

Portanto, não existe objeto que não esteja envolvido no discurso, já que “todo discurso dialoga com outros discursos, toda palavra é cercada de outras palavras” (FIORIN, 2012, p. 167). Nesse sentido, o dialogismo pode ser percebido em toda produção de linguagem, mormente, na produção linguística. Como exemplo, a priori, do funcionamento do dialogismo, temos o próprio texto de Karl Marx (2006), “Sobre o suicídio”, no qual ele faz uma sintética análise, de cunho socioeconômico, de outros textos, produzindo mais uma roda eternamente dialógica. E é desse modo que olhamos para nosso corpus, *O estrangeiro*, dialogicamente. Em outros termos, seguimos a esteira de Bakhtin para compreendê-los enquanto objetos eivados de sentidos com os quais há diálogo às demandas sociais, econômicas, filosóficas, éticas, estéticas, entre outras mais, psicológicas. Nesse sentido, é a partir das teorias, resumidamente levantadas, que visamos analisar *O estrangeiro*, em filigrana, seu protagonista, rastreando aspectos importantes no que tange à questão das motivações suicidas, para, assim, tentarmos produzir compreensões acerca desse fenômeno complexo que é o suicídio de homicidas.

2. Uma análise de Merseault - *O Estrangeiro*

Nessa obra Camus apresenta uma personagem relativamente densa, de acordo com a conceituação dos autores Reis e Lopes (2002), ou mesmo poderíamos, dada certa “simplicidade” de características psicológicas apresentadas pelo protagonista, lançar mão da seguinte categorização de personagens, qual seja, planas, porquanto essas “são construídas em torno de uma única ideia ou qualidade: quando nelas existe mais de um fator, atinge-se o início da curva que leva à personagem redonda” (p. 218).

Entretanto, acreditar que Merseault seja uma personagem plana é ver com olhos vendados o campo existencialista em que o autor o enquadra, pois o protagonista é, antes de qualquer coisa, um homem preciso tanto de ideias quanto de ações, ainda que um tanto simples. Alguém para quem a frase: “Isto nada queria dizer”, é praticamente um mantra. Diante dessa singela constatação, poderíamos inferir uma certa indiferença de Merseault com tudo, mesmo para com a morte de quem lhe gerou a vida, isto é, sua mãe. Porquanto, em termos do próprio personagem: “Pensei que passara mais um domingo, que mamãe

agora já estava enterrada, que ia retomar o trabalho, e que, afinal, nada mudara” (CAMUS, 2001, p. 27).

Portanto, não é difícil perceber em Merseault algo nomeado por apatia, tendo em vista que, nas palavras de Dalgarrondo (2008):

É a diminuição da excitabilidade emotiva e afetiva. [...] queixam-se de não poderem sentir nem alegria, nem tristeza, nem raiva, nem nada... Na apatia, o indivíduo, apesar de saber da importância afetiva que determinada experiência deveria ter para ele, não consegue sentir nada. [...] é um “tanto faz quanto tanto fez” para tudo na vida. Trata-se de um estado afetivo próprio dos quadros depressivos, apesar de poder ocorrer de forma inespecífica (p. 168; aspas do autor).

Ao levarmos em consideração essa caracterização de pobreza afetiva, numa palavra, apatia, podemos enquadrar Merseault nela, dado que, a personagem apresenta praticamente todas as características citadas pelo autor. Levantaríamos por oposição o quadro depressivo, visto que o protagonista não apresenta, salvo esses, sintomas depressivos. Mesmo assim, aos termos em horizonte outra caracterização de apatia ou inefetividade, como:

Os indivíduos com personalidades afetivamente pobres (afetivamente frias) carecem da capacidade de um vivenciar comum e de sentir com as outras pessoas. Eles veem no outro ser humano não uma pessoa autônoma, mas um simples objeto de seus desejos. São pessoas de natureza fria, que “passam por cima de cadáveres” e impõem aos outros, brutalmente, sua própria vantagem. Ter compaixão, gratidão, amor e fidelidade, sentir medo e culpa disso tudo eles quase não são capazes. Não chegam a ter compromissos interpessoais mais profundos (SCHULTE; TOLLE, 1981, p. 100).

Desse modo, seríamos obrigados a considerá-lo apático ou até mesmo, extrapolando possíveis sentidos, niilista, contudo, não é plausível avaliar, *stricto sensu*, Merseault, porquanto ao responder uma indagação do capelão, acerca de sua religiosidade, pronunciou: “Expliquei-lhe que não estava desesperado. Tinha apenas medo, como era natural” (CAMUS, 2001, p. 120). Fala essa que demonstra, ainda que pouco diante da morte, seu sentimento para com sua punição, ou seja, o protagonista de *O Estrangeiro* não aparenta estar tão alheio aos rumos de sua própria vida. Dizendo de outra forma, ele tem para consigo algum afeto e poderíamos estender esse sentimento para seu “amigo” Raymond, fato esse confessado em tribunal (*Ibid.* p. 100). Somado a

isso, Merseault, ao contrário do que expressam os autores acima, não se impunha a outras pessoas, aliás, ao invés de fazê-lo, até aceitava bem as ordens de seu patrão, sendo o que se pode chamar de bom funcionário. Quer dizer, a apatia da personagem pode ser considerada como sua própria forma de ver o mundo e, por conseguinte, não sendo um estado patológico.

Além disso, nota-se também uma pitada de afeto em Merseault após conversar com seu vizinho Salamano, tal como se pode ver no excerto a seguir:

Fechou a porta e eu o ouvi andar de um lado para o outro. A cama dele rangeu. E, pelo estranho barulho que atravessou a parede, compreendi que estava chorando. Não sei por que, pensei na minha mãe. Mas, no dia seguinte, precisava levantar-me cedo. Não tinha fome e deitei-me sem jantar (CAMUS, 2001, p. 42-3).

Tendo em vista ser à mãe que a cena acima produz uma memória, não podemos descartar a possibilidade de que essa seja afetiva, pois “só se a evocação da recordação acarretar a revivescência do afeto que originariamente lhe estava ligado” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1983, p. 34) pode ser considerada afetiva. Uma vez que, “nas pessoas normais, todas as representações que podem tornar-se presentes também penetram na consciência, desde que sejam suficientemente intensas” (FREUD, 2006, Vol. II, p. 44).

Nos cabe aqui ressaltar que esse é um dos poucos momentos em que a mãe de Merseault é rememorada, portanto, é também um ponto específico para análise de cunho psicanalítico, haja vista que a mãe é um dos estruturantes das instâncias psíquicas. É primeiramente com ela que o bebê se identifica, se coordena, dela se alimenta e muito provavelmente dela introjeta parte do ambiente ao seu entorno. Não é necessário dizer que a mulher desde muito ocupava o papel da principal educadora, tendo, então, um papel extemporâneo no desenvolvimento psicológico do indivíduo. Certamente Merseault não foi a exceção de tal jogo e provavelmente terá sido educado por sua mãe, sendo essa contribuinte de suas possíveis neuroses. Lembremos que a memória da mãe da personagem em questão foi evocada, cujo momento é de possível tristeza. Merseault tal como Salamano é alguém só e em sua solidão ouve a representação da tristeza do outro, isto é, o choro do vizinho pela perda de seu cão e a memória de sua mãe é evocada. Não poderíamos afirmar que se trata de um momento feliz, ao contrário, trata-se de um

momento triste que passa muito rápido, sendo suprimido pela necessidade da personagem em acordar cedo no outro dia. Talvez,

Representações tais como essa, que, embora presentes, são inconscientes, não por causa de seu grau relativamente pequeno de nitidez, mas apesar de sua grande intensidade, podem ser descritas como representações que são inadmissíveis à consciência (FREUD, 2006, Vol. II, p. 44).

Quiçá a memória de sua mãe não seja inadmissível, mas se não o é, sua importância é pouca para ele, produzindo, dessa maneira, efeitos aparentemente nulos em seu comportamento. Tanto que a corte de justiça pretende julgá-lo como parricida, isto é, alguém cujo crime é o homicídio de seu genitor(a). Podemos perceber isso, ou pelo menos algo semelhante, no trecho a seguir:

Perguntou-me se, naquele dia, eu sofrera. Esta pergunta me espantou muito e parecia-me que ficaria muito constrangido se tivesse de fazê-la a alguém. Entretanto, respondi que perdera um pouco o hábito de interrogar a mim mesmo e que era difícil dar-he uma informação. É claro que amava mamãe, mas isso não queria dizer nada. Todos os seres normais tinham, em certas ocasiões, desejado, mais ou menos, a morte das pessoas que amavam. Nesse ponto, o advogado me interrompeu e mostrou-se muito agitado. Obrigou-me a prometer que não diria isto no julgamento, nem ao juiz. Expliquei-lhe, no entanto, que o meu temperamento era este – meus impulsos físicos perturbavam com frequência os meus sentimentos. No dia em que enterrara mamãe, estava muito cansado, e com sono. De forma que não me dei muito bem conta do que se passava. O que podia afirmar, com toda a certeza, era que preferia que mamãe não tivesse morrido. Mas o advogado não se mostrou satisfeito (CAMUS, 2001, p. 69).

Diante da extrema apatia demonstrada por Merseault, fato esse que pode abobar qualquer leitor minimamente normal, corrobora com clara evidência o cunho reflexivo de seus sentimentos para com sua mãe. Ora, se ele é mesmo humano, precisaria de um tipo específico de classificação nosológica para seu quadro mental, porquanto não ter sentimentos ou demonstrá-los da maneira com que o faz em praticamente todos os momentos em que se trata de afetos. Há que se notar que Merseault, não obstante, seja coerente consigo, destoa do modo como os sujeitos funcionam em sociedade, e mesmo perante o choque desses “dois mundos” ele se mantém impassível. Para o protagonista, a morte de sua mãe, o pedido de casamento de Marie – “À noite, Marie veio buscar-me e

perguntou se eu queria casar-me com ela. Disse que tanto fazia, mas que, se ela queria, poderíamos nos casar” (CAMUS, 2001, p. 45) –, ter tirado a vida de uma pessoa e ser condenado à morte, “nada queria dizer” para ele. Ao olharmos para esse fato, vemos que:

O estudo dos mais frequentes problemas sociais – [...] as formas mais ou menos graves de impotência psíquica nos homens – mostra que a causa não está na técnica correta, mas nas inibições que tornam impossível amar (FROMM, 1991, p. 108).

Nesse diapasão, Merseault se encontra em uma situação na qual seus sentimentos mais primitivos em relação a seus pais estão bastante conturbados. Mediante essas circunstâncias é exequível uma relação unilateral com os sentimentos de culpa, ou melhor, podemos até aventar a hipótese de que a culpa para Merseault, mesmo aquela de ter cometido um homicídio, está em um mundo no qual ele não existe. Tendo em vista que a culpa se encontra nos primórdios da estruturação das instâncias psíquicas, então:

A origem dos sentimentos de culpa se encontra na relação entre as crianças e os pais. Se a criança faz alguma coisa que antes despertou a reprovação dos pais, e o castigo, reage a tal situação como o medo da punição. Sua culpa é aliviada pela punição, e uma boa relação com os pais é restabelecida. Não importa se a punição for corporal ou verbal, ou representada por uma diminuição do afeto – ela resulta na insegurança e no sofrimento. Essa sequência de acontecimentos é repetida: mau comportamento – ansiedade – punição e expiação – que leva ao esquecimento (ALEXANDER, 1976, p. 103).

Por meio dessa linha de raciocínio, entendemos o funcionamento psicológico vinculado à ausência de culpa da personagem. Em outras palavras, sua culpa por cometer o homicídio simplesmente não parece existir, portanto, não podendo ser aliviada. Com isso, não querendo insinuar que Merseault não tenha sido punido em sua educação por seus pais. Contudo, a personagem aparentemente não introjetou a dicotomia culpa/punição. Nem mesmo foram assimiladas à sua consciência, pois após ter cometido o maior crime de lesa vida, sua consciência aparenta não apontar para nenhuma necessidade de expiação. Sendo esse mais um ponto a ser questionado de sua integralidade psíquica ou mesmo de sua normalidade, porquanto se sabe que o juízo “exige o castigo para minorar a ansiedade e o remorso, a pessoa culpada deve punir-se a si mesma, ou fazer com que os outros a castiguem” (Ibidem). Desse ponto de vista, Merseault se encontra muito provavelmente na periferia do sentimento de culpa quando

não se agarra à vida para protegê-la. Quer dizer, ao desdenhar qualquer possibilidade de autodefesa em seu julgamento, a personagem, por conseguinte, admite a condenação ou mesmo a deseja.

Partindo do princípio de que “nada tem importância” sua morte é um simples acidente de percurso, pois “a partir do momento em que se morre, é evidente que não importa como e quando” (CAMUS, 2001, p. 118). Assim, fica nítida a ausência de sua própria participação nos rumos de sua vida, ou seja, “se estiver vivo bem, se morto amém”, pois viver ou morrer “nada queria dizer”. Outro fato que, por extensão, pode ser percebido no seguinte excerto:

“Pela primeira vez em muito tempo, pensei em Marie. Havia muitos dias que não me escrevia mais. Naquela noite, pensei muito e disse a mim mesmo que ela talvez se tivesse cansado de ser amante de um condenado à morte. Veio-me a ideia de que ela talvez estivesse doente ou morta. Era a ordem natural das coisas. Como poderia eu saber, aliás, já que, além dos nossos corpos agora separados, nada nos ligava, nada nos lembrava reciprocamente. A partir desse momento, a lembrança de Marie me passaria a ser indiferente. Morta, deixaria de me interessar. Achava isso normal, assim como compreendia muito bem que as pessoas me esquecessem depois da minha morte. Já não tinham nada a fazer comigo” (CAMUS, 2001, p. 118-19).

Nesse sentido, percebemos, a despeito de um relance de sentimento da parte de Merseault, a conformidade com seu castigo, isto é, a aceitação de seu destino tal como a ser executado como homicida. Não sem razão, Freud diz algo que convém ao caso da personagem em questão, a saber:

Em vez de se punir a si mesmo, conseguiu fazer-se punir pelo representando paterno. Temos aqui um vislumbre da justificação psicológica das punições infligidas pela sociedade. É fato que grandes grupos de criminosos desejam ser punidos. O superego deles exige isso; assim, poupam a si mesmos a necessidade de se infligirem o castigo (2006, Vol. XXI, pp. 191-2).

Merseault, inconscientemente, lega ao aparelho jurídico estatal às vezes de punidor de quem ele angaria o possível maior desejo, qual seja, numa palavra, a morte. Em outros termos, o protagonista de *O Estrangeiro* incide em uma incorrência relativamente rara, uma vez que, tendo em vista tudo o que dissemos, ele se precipita na causa de sua morte sem pestanejar. Ou melhor, para ele, sua vida tem em:

Esses males e esses gestos, a significação da autopunição, abrange a todos. Caberá então estendê-la a todos os criminosos, na medida em que, segundo a fórmula pela qual se exprime o humor glacial do legislador, como ninguém pode alegar desconhecer a lei, qualquer um pode prever sua incidência e deve, portanto, ser tido como procurando seu castigo? (LACAN, 1998, p. 132).

Portanto, Merseault, tal como refere-se Lacan, conhecedor das leis de seu país, não buscara ao matar uma pessoa sua própria morte? Ou seja, a personagem deixa ao encargo do “pai de todos”, isto é, o Estado, o fim de sua vida, mas para chegar até ele comete uma atrocidade em cuja perspectiva era possivelmente o suicídio. Assim, haja vista o sumular levantamento feito, Merseault não pode sair incólume à pecha de homicida-suicida.

3. Considerações Finais

Como vimos, no aporte psicanalítico temos o instinto de morte, o impulso comandado pela libido no caso de um assassino que comete suicídio, de modo a deixar brutalmente a realidade. Sendo assim, podemos perceber que a morte não necessariamente é desesperadora para alguns indivíduos, como Merseault, que a encara como uma fuga de seus sofrimentos. É nesse sentido que Roudinesco e Plon (1998, p. 741) atestam que:

O suicídio não é consequência de uma neurose nem de uma psicose, mas de uma melancolia ou de um distúrbio narcísico grave: não um ato de loucura, mas a atualização da pulsão de morte através de uma passagem ao ato (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 741).

A partir da concepção acima, compreendemos o conflito entre as pulsões de vida e de morte, a qual predomina na pessoa que está predisposta a cometer o suicídio, marcado pelo que Freud chama de libido narcísista, que desestabiliza todo o ego, fazendo com que essa extrapolação egóica seja sua própria ameaça. Freud, em “Luto e Melancolia”, faz menção ao suicídio como sendo uma tendência perigosa da melancolia e diz a respeito:

A análise da melancolia mostra agora que o ego só pode se matar se, devido ao retorno da catexia objetual⁷, puder tratar a si mesmo como um objeto – se for capaz de dirigir contra si mesmo a hostilidade relacionada a um objeto, e que representa a reação original do ego para com objetos do mundo externo. Assim, na regressão desde a escolha objetual narcísista, é verdade que nos livramos do objeto; ele, não obstante, se revelou mais poderoso que o próprio ego. Nas duas situações opostas, de paixão intensa e de suicídio, o ego é dominado

pelo objeto, embora de maneiras totalmente diferentes (FREUD, 2006 [1915], p. 257).

Diante disso, estudar as características psicológicas de Meursault, em suas respectivas densidades literárias, foi, em certa medida, examinar o vínculo entre o homicida e sua ideação suicida na vida real. Ora, pois, a Literatura dialoga com o mundo, não sendo, em absoluto, um mundo à parte; o postulado do teórico Mikhail Bakhtin trata justamente do diálogo entre a criação verbal (leia-se expressão do homem pela linguagem) e o mundo concreto (BAKHTIN, 1981).

No nosso caso deste artigo, encontramos algo análogo ao que Tezza (2012) diz: “A voz do texto de alguma forma tem de se vincular à experiência humana concreta, de modo que também seja a voz de um alguém, com quem eu vou negociar significados emocionalmente carregados” (TEZZA, 2012, p. 100). Em outras palavras, ou melhor, em termos bakhtinianos as condições sob as quais a ideação suicida se fez presente numa obra e em outra, tratam, em maior ou menor medida, do mundo concreto no qual esse fato tão lamentável ocorre consuetudinariamente, tendo por causa inúmeros fatores.

Posto isso, o suicídio, como um “trágico acidente provocado”, nos abre margem para reflexão e suas condições de ocorrência, sobretudo em homicidas, nos quais a motivação ao suicídio é, em suma, oriunda do desejo de reparação do crime cometido. Portanto, se faz necessário que continuem os estudos acerca desse fenômeno psicológico com efeitos no social, a fim de fazer valer a peremptória proposição de que “a transformação começa nesse ponto, aí onde não há esperança. O desespero produz o grito de salvação, para o qual a esperança seria otimista e confiante demais” (HILLMAN, 2011, p. 106).

4. Referências

ALEEXANDER, F. **Fundamentos da Psicanálise**. Trad. Waltensir Dutra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

_____. **M. Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

CAMUS, A. **O Estrangeiro**. Trad. Valerie Rumjanek. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Trad. Walter Solon. São Paulo: EDIPRO, 2012.

FIORIN, J. L. **Interdiscursividade e intertextualidade**. In: Beth Brait (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FREUD, S. Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Vol. I). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Vol. XIV). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Luto e Melancolia. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Vol. XIV). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Vol. XIV). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. Uma neurose infantil e outros trabalhos. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Vol. XVII). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. O Ego e o Id. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Vol. XIX). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. A teoria dos instintos. In: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard brasileira (Vol. XXIII). Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FROMM, E. **A arte de amar**. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1991.

HILLMAN, J. **Suicídio e alma**. Trad. Sônia Maria C. Labate. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KAHN, M. **Freud básico**: pensamentos psicanalíticos para o século XXI. Trad. Luiz Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: BestBolso, 2013.

LACAN, J. **O Seminário**: A Angústia. (Livro X). Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

_____. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: Lacan, J. **Escritos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. Trad. Pedro Tamen. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. **Sobre o suicídio**. Trad. Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

REIS, C.; LOPES, A. C. M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

RUSSELL, B. **História do pensamento ocidental**: A aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

SCHULTE, W.; TOLLE, R. **Manual de psiquiatria**. Trad. Celeste de O. Vieira et al. São Paulo: EPU: Springer, 1981.

STORR, A. Freud: **A very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2001.

TEZZA, C. **O espírito da prosa**: uma autobiografia literária. Rio de Janeiro: Record, 2012.